

## Conjuntura das eleições municipais em 2016

O espaço dedicado pela imprensa às notícias relativas às eleições de 2016 ainda é bastante modesto. Embora ocupados com aspectos que possam ter interesse mais imediato para o cidadão, essa situação já começa a mudar, em razão da intensa movimentação que vem acontecendo nos partidos políticos.

Mesmo sendo ainda uma preocupação remota para o eleitor, os interessados em disputar cargos no Executivo e no Legislativo municipais precisam tomar uma importante decisão até o início de outubro, quando se encerra o prazo para a filiação partidária dos futuros candidatos. Isso implica que as negociações para se definir quanto aos cargos e às alianças necessárias ao enfrentamento da disputa devem ser feitas agora.

Buscando compreender o presente momento, esta edição de *Contextus* se estrutura em duas partes. Na primeira, analisam-se as condições gerais da disputa, marcada pela reduzida arrecadação fiscal. Complicando ainda mais o cenário, abate-se sobre a maioria das prefeituras a escassez das fontes de financiamento e dos recursos. Em contraste

### A situação econômica dos municípios

Uma das questões a serem consideradas como capaz de interferir e redefinir as eleições de 2016 é a situação econômica nacional que vem tendo sérios desdobramentos no plano local. As prefeituras vêm enfrentando com dificuldades os impactos da economia nacional em recessão. No final de agosto, organizadas pela Associação Mineira de Municípios (AMM), cerca de 450 prefeituras em Minas Gerais ameaçaram paralisar seus ser-

com esse fato, constata-se que não houve redução alguma no número de partidos e candidatos interessados em participar da disputa eleitoral.

Outro problema na eleição de 2016 será o financiamento das campanhas. Até o momento os partidos têm dado poucos sinais de que estejam preocupados com a possível redução dos interessados em sustentar financeiramente os candidatos. Embora o Congresso Nacional já tenha indicado que deverá regularizar as contribuições de empresas para campanhas, há praticamente consenso entre os analistas de que, mesmo doadoras tradicionais, poderão reduzir seu aporte, atemorizadas pela insegurança jurídica gerada pela "Operação Lava Jato".

Depois de descrever e analisar as possíveis consequências desses dois condicionantes para o próximo período eleitoral, a segunda parte desta edição de *Contextus* trata de atualizar a análise da conjuntura eleitoral em Belo Horizonte, retomando, à luz dos fatos mais recentes, alguns aspectos já discutidos na edição anterior.

viços, em protesto contra a redução dos repasses do governo federal. Chegou a ser divulgado que cerca de 600 prefeituras mineiras teriam efetivamente paralisado suas atividades no dia 24 de agosto. Manifestações do mesmo gênero estavam marcadas também para outras unidades da federação. Além de suspender a prestação de serviços durante a manifestação, planejava-se interromper o tráfego em rodovias.

Na semana anterior a essa data, o governador Fernando Pimentel reuniu-se com cerca de quarenta prefeitos, presidentes de associações municipais microrregionais e com o presidente da AMM. Seu objetivo era convencê-los a não bloquear rodovias, alegando que isso pararia o estado. Nessa reunião, ficou acertado que se fechariam apenas os serviços aos cidadãos, preservando aqueles considerados essenciais.

A principal conquista desse encontro, porém, foi a mudança do foco da paralisação: deixou de ser uma manifestação contra os governos estadual e federal para ser um evento com vistas a chamar a atenção da população para as dificuldades por que passam as prefeituras. Essa mudança de rota parece não sanar a sensação, que existe entre os prefeitos, de estarem sendo ignorados pelo Governo Federal. Acusam o governo de desconhecer a situação que os municípios vêm enfrentando. Reclamam da burocracia, tida como excessiva, que seria uma dificuldade a mais na relação do poder local com o Governo Federal.

A retração do mercado traz, como reflexo imediato sobre a gestão pública, uma menor arrecadação de tributos, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Embora sejam os responsáveis por boa parte dos serviços públicos prestados e, ao mesmo tempo, tenham menos fontes de arrecadação direta, os municípios dependem dos repasses de uma parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) feitos pelo governo estadual. Na relação com o governo federal, cabe aos municípios uma fração do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Mais da metade dos 853 municípios mineiros contam quase exclusivamente com o FPM para sobreviver. Esse fundo é formado por recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR).

Com a economia em retração, arrecada-se menos e, conseqüentemente, diminui o valor disponível para ser transferido aos municí-

pios. Comparando-se apenas os dois últimos meses, constata-se que, em Belo Horizonte, houve uma redução no valor do FPM, de R\$ 30,9 milhões em julho para R\$ 29,4 milhões em agosto. No entanto, fala-se de uma redução global dos repasses em até 32%.

Na referida reunião com os prefeitos, o governador Fernando Pimentel anunciou a liberação de R\$ 310 milhões. Cerca de 80% desse valor chegará aos cofres das prefeituras como um empréstimo, junto ao BDMG, a juros baixos e serão destinados a investimentos em obras de infraestrutura. O valor restante a ser repassado destina-se ao custeamento do serviço de transporte escolar.

Ao que parece, com tal medida o governador conseguiu agradar os prefeitos, cujo apoio pode ser fundamental para outras propostas de redistribuição dos recursos públicos. Comenta-se que Pimentel pretende enviar à Assembleia Legislativa um projeto para revisar a chamada “Lei Robin Hood” ou “ICMS Solidário”, que foi uma iniciativa do PSDB à frente do governo de Minas. O propósito declarado que se pretendia alcançar com essa lei era a descentralização de recursos que, antes dela, ficavam concentrados nos municípios com maior atividade econômica. A rediscussão desse tema deve gerar polêmica, pois colocará em lados opostos os municípios ricos e os municípios pobres. Em tempos de recursos escassos, ainda que seja urgente e necessária a criação de novos critérios para o repasse de verbas, isso significa tirar dinheiro de uns e destiná-lo a outros.

Segundo alguns prefeitos mineiros, a queda na arrecadação tem dificultado a continuidade da prestação de serviços pelos municípios. Eles alegam que, durante o período de crescimento econômico por que passou o país nos últimos anos, vários serviços municipais foram ampliados, mas, agora, há dificuldades para garantir sua continuidade atendendo à demanda da população. Com o movimento organizado em agosto, eles pretendiam chamar a atenção para esse problema.

Entre os argumentos apresentados pelos prefeitos, afirma-se que são os municípios os responsáveis por prestar os serviços criados em programas dos governos federal e estadual. A constatação que vem sendo feita é de que é no município que o cidadão vive e usufrui dos serviços públicos. No entanto, segundo a queixa dos prefeitos, essa maior responsabilidade não estaria vindo acompanhada de uma parcela maior do dinheiro arrecadado, por meio de impostos, pela União e pelo estado. Em outras palavras, as prefeituras teriam de prestar mais serviços, mas não estariam recebendo o dinheiro a mais, necessário para cumprir essas novas atribuições.

Além disso, como são as prefeituras que fazem o atendimento ao cidadão que recorre ao Sistema Único de Saúde (SUS), elas têm sido afetadas diretamente pelo que tem sido chamado de “judicialização da Saúde”. Muitos cidadãos têm recorrido à Justiça para garantir que o SUS preste serviços não previstos pela legislação. Trata-se frequentemente da realização de procedimentos ou da disponibilização de medicamentos caros. Ao darem ganho de causa para os demandantes, a Justiça determina que o SUS cubra os custos, mas não diz de onde deve sair o dinheiro para tal. Também o financiamento da educação básica e a manutenção dos convênios para garantir a segurança pública têm sido objeto de reclamações semelhantes: as prefeituras têm o ônus de oferecer tais serviços, mas não existiriam os recursos necessários para isso.

Além disso, os gestores municipais reclamam que as medidas adotadas pelo Governo Federal para dar benefício tributário a determinados setores econômicos muitas vezes impactam e diminuem a arrecadação municipal. Nesse caso, eles defendem que as prefeituras deveriam ser compensadas pela perda de receitas.

Enquanto soluções duradouras não vêm, algumas medidas com caráter mais político do que administrativo começam a surgir. É

emblemático o caso do Município de Betim, cujo prefeito divulgou um vídeo na mídia da Região Metropolitana da capital em que se diz que sua cidade está em dificuldades. Betim era, antes, um dos municípios mais ricos do estado, graças aos impostos recolhidos na cadeia produtiva de automóveis. Com as restrições no crescimento econômico e a queda na arrecadação, pelo menos uma unidade de saúde está sendo fechada naquele município.

A tática gerou polêmica entre analistas na imprensa. Houve quem considerasse essa iniciativa como uma medida puramente eleitoral. Quem sustenta esse ponto de vista, ressalta que o prefeito Carlaile Pedrosa (PSDB) tem a possibilidade de disputar a reeleição no ano que vem. Estaria, portanto, apenas se resguardando das críticas que virão durante o próximo período eleitoral e se preparando para apresentar novamente as promessas que não teria conseguido cumprir no primeiro mandato. Na prática, porém, a tentativa de Carlaile Pedrosa não parece muito diferente do discurso feito pelos demais prefeitos, no qual a responsabilidade pelo insucesso na gestão municipal é transferida para as ações do governo federal. Seguindo tal raciocínio, evita-se a discussão sobre as formas de gestão que vêm sendo implementadas em cada município e atribui-se a responsabilidade exclusivamente à conjuntura nacional.

Essa estratégia, contudo, têm recebido pareceres diversos. Os prefeitos declaram que já fizeram todos os ajustes possíveis. Continuando ainda sob o risco de descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, alguns já cogitam inclusive a demissão de servidores efetivos. No entanto, os críticos desse discurso e das práticas a ele correlatas afirmam que não foi feito tudo que seria possível. Destacam-se casos de cidades – inclusive grandes cidades como Contagem – em que sequer são cobrados os impostos básicos previstos na lei e, numa atitude lida como “populista” e “eleitoreira”, estariam pondo em risco o desenvol-

vimento social e econômico de seus municípios ao abrirem mão de recolher o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Como forma de fazer guerra fiscal com municípios vizinhos, alguns deixam de recolher o Imposto sobre Serviços (ISS). Este últi-

mo está sendo objeto de uma proposta de lei em tramitação no Congresso que proibiria as prefeituras de fazerem qualquer concessão de benefícios ou isenções. Espera-se, com isso, coibir esse tipo de renúncia fiscal, tratado como irresponsável.

## O estado de Minas Gerais e a Cidade de Belo Horizonte perdem grau de investimento

Desde julho, o país e alguns estados e municípios vêm assistindo a uma complicação adicional, a partir do momento em que as agências internacionais de classificação de risco vêm baixando as notas atribuídas a eles. O mais recente caso se deu em setembro, quando a agência *Standard & Poor's* (S&P) retirou, do Brasil, o chamado grau de investimento. O mesmo se deu com os estados de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. Outros estados e cidades tiveram seu *status* revisado, mas mantiveram o grau de investimento.

Em agosto, Minas Gerais e o município de Belo Horizonte já tinham tido sua nota rebaixada pela agência de classificação *Moody's*. Naquele mês, o estado mineiro e sua capital já tinham sido colocados no grau especulativo.

Essas notas atribuídas a governos ou a empresas funcionam como uma espécie de atestado de que tais entes são confiáveis como bons pagadores. São índices que apontam para um investidor o nível de segurança que eles podem ter de que os compromissos firmados – com o município, por exemplo – serão honrados. Em outras palavras, indicam qual o nível de segurança que o investidor pode ter ao aplicar seu dinheiro.

Minas Gerais e a cidade de Belo Horizonte não foram os únicos a terem suas notas rebaixadas em agosto. Também os estados do Paraná, São Paulo e Maranhão, bem como a cidade do Rio de Janeiro passam por problemas semelhantes, embora esses casos ainda

figurem na condição de bons pagadores. Ao que parece, do ponto de vista das agências de avaliação, a situação econômica nacional repercute nas condições gerenciais de estados e municípios. Para elas, a queda das receitas não estaria sendo acompanhada da correspondente redução das despesas.

Esse rebaixamento significa, para o potencial investidor, que o Município de Belo Horizonte poderia deixar de pagar suas dívidas, tornando-se inadimplente. Sem esse selo que o apresenta como um bom pagador é possível que os investimentos feitos por fundos internacionais diminuam e até deixem de existir. A consecução de financiamentos – caso necessários para reequilibrar as contas públicas – se tornaria mais difícil e mais cara, já que as taxas de juros cobradas tendem a se elevar.

De acordo com a Prefeitura, o rebaixamento foi infundado, pois não estaria acontecendo atraso no pagamento aos fornecedores ou aos servidores, além de haver obras sendo regularmente inauguradas, sem paralisação nos serviços prestados e nas obras realizadas na cidade.

Há outro problema que afeta diretamente a Prefeitura de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais. Em 2012, este último contratou US\$ 450 milhões para fazer o pagamento de dívidas com a Cemig. Na época, a taxa de câmbio parecia favorável – US\$ 1 equivalia a R\$ 2 – e pareceu ao Governo Anastasia que seria uma boa medida contratar créditos externos (em dólar) para pagar a dívida interna

(em real). Agora, o país passa por uma supervalorização cambial responsável pelo aumento no valor do dólar. Só nos últimos doze meses a moeda americana se valorizou em mais de 70% frente ao real. O resultado é que essa dívida teria crescido quase 100%, dobrando seu valor num espaço de três anos.

De forma semelhante, notícias publicadas na imprensa local apontam que, no final de 2013, a Prefeitura de Belo Horizonte tomou

empréstimo de US\$ 330 milhões em bancos internacionais para quitar a dívida que tinha com a União. Com o dólar fixado em R\$ 2,30 essa transação significaria uma economia de R\$ 30 milhões em juros que deixariam de ser pagos. Com a alta do dólar, agora, a dívida subiu o equivalente a R\$ 500 milhões, passando de R\$ 760 milhões para, aproximadamente, R\$ 1,25 bi.

### A credibilidade das agências de avaliação de risco

Atualmente, parece predominar, por parte da mídia, uma recepção tendenciosa dessas notas estabelecidas por agências de avaliação. A notícia do rebaixamento parece estar sendo tomada como um juízo definitivo sobre a competência técnica (ou até política) de um dado governo. No entanto, quase não se tem dado visibilidade ao fato de que essas agências são organizações que também fazem parte do mercado e que, ao contrário de serem uma voz imparcial, mostram-se por vezes vinculadas a interesses particulares.

É de conhecimento geral, por exemplo, o fato de que, nos Estados Unidos, a agência de classificação de risco *Standard & Poor's* teve de pagar, no início de 2015, uma multa de US\$ 1,37 bilhão ao estado americano por, supostamente, ter contribuído para a crise financeira internacional de 2007 e 2008. Consta que a referida agência teria enganado investidores quanto à qualidade de créditos imobiliários. No processo, a S&P respondia a uma acusação apresentada pelo Departamento de Justiça daquele país, segundo a qual ela teria mascarado o grau de risco de um determinado tipo de investimento. Em outras palavras, a empresa em questão teria ocultado dos investidores o fato de que o referido investimento apresentava riscos.

Esse teria sido o ponto de partida da crise em 2008. O mesmo motivo gerou a obrigação, para a *Standard & Poor's*, de pagar mais US\$ 125 em multas a um fundo de pensões americano.

Três importantes agências (S&P, Fitch e Moody's) detêm o controle sobre mais de 75% do mercado mundial de avaliações de risco. Muitas críticas que são feitas a esse sistema de avaliação enxergam um conflito de interesses no serviço prestado por tais empresas: elas seriam pagas pelos mesmos clientes que elas devem examinar. Essa discussão se acendeu já em 2000, quando a *Moody's* lançou ações na bolsa. Em 2014, essa mesma agência foi acusada por universidades americanas de haver favorecido, em suas avaliações, as empresas ligadas a seus acionistas.

Frente a fatos como esses que comprometem a credibilidade dessas agências, os críticos reclamam da inexistência de agências multilaterais que façam avaliação de risco. Até o momento, não há alternativa para os investidores que desejam conhecer a solidez econômica e financeira de um município, estado ou organização antes de investir seus recursos.

## Contribuições de campanha e as indefinições legais

Há ainda uma incógnita que recai sobre os partidos políticos e pré-candidatos: não se sabe ao certo com que recursos eles poderão contar para o financiamento de suas campanhas eleitorais em 2016. Do mesmo modo, ainda se ignora se as diferentes tentativas de reforma eleitoral no Congresso caminharão para um consenso a tempo de entrar em vigor nas próximas eleições.

No início de setembro, a disputa que vem ocorrendo entre a Câmara dos Deputados e o Senado ganhou um novo desdobramento, pois os senadores rejeitaram o financiamento empresarial de campanha. 36 senadores foram favoráveis à proibição de doações, por pessoas jurídicas, a partidos e candidatos. Outros 31 defendiam a continuidade do modelo atualmente em vigor que permite tais doações. Em direção contrária, graças a uma manobra do presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB), a Câmara havia aprovado em maio um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que permitia o financiamento privado empresarial. Em agosto, essa PEC foi remetida para apreciação no Senado.

Como mais um capítulo da disputa política entre os presidentes das duas casas, a proposta votada às pressas na Câmara vem sendo analisada de forma bem mais lenta no Senado, cujo presidente, Renan Calheiros (PMDB), já anunciou que o fim da reeleição e os mandatos de cinco anos aprovados pelos deputados federais serão modificados pelos senadores.

O financiamento por empresas foi objeto de uma campanha de coleta de assinaturas por parte da *Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas*, da qual faziam parte mais de cem entidades e movimentos sociais, entre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A participação financeira de empresas nas eleições é considerada pelos signatários dessa *Coalizão*

como uma limitação à democracia. Entende-se que nenhuma empresa oferece dinheiro a um candidato sem esperar algum benefício em troca. Os mandatos já estariam, de partida, comprometidos com os interesses do financiador da campanha, ao invés de ocupar-se dos interesses públicos.

Na votação ocorrida no Senado, prevaleceu a concepção de que empresas não podem intervir no processo eleitoral, já que não têm cidadania. Um movimento inverso foi feito pelo deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara. Ele visava legalizar a modalidade de financiamento eleitoral com participação de pessoas jurídicas. A decisão em sentido inverso feita no Senado representava, portanto, um novo capítulo.

No entanto, encerrada a votação sobre o projeto de reforma eleitoral, o texto voltou à Câmara. Ali as alterações propostas pelo Senado foram anuladas, retomando-se a formulação original, tal qual aprovada antes pela própria Câmara dos Deputados. Como se trata de um projeto de lei que não altera a Constituição, sua entrada em vigor depende agora da sanção pela presidente Dilma Rousseff (PT).

Há outros aspectos que integram essa lei, entre os quais se destaca o prazo para a filiação a um partido político por aqueles que pretendem disputar uma eleição. Atualmente, a lei estabelece um ano de antecedência, isto é, para as eleições de 02 de outubro de 2016, os candidatos deveriam definir até o início de outubro próximo sua filiação partidária. Com a mudança proposta pelos deputados, esse período se reduz a apenas seis meses de antecedência. Entretanto, caso a sanção presidencial não ocorra antes de 02 de outubro de 2015, essa lei não terá valor para a disputa municipal do ano que vem.

Um outro capítulo no debate sobre o financiamento de campanhas por empresas vem se desenrolando há meses no Supremo

Tribunal Federal (STF), onde está sendo julgada uma ação proposta pela OAB. Nesse processo, contesta-se a constitucionalidade da Lei dos Partidos e da Lei das Eleições, as quais autorizam as doações para campanhas políticas. Em 2014, a maioria dos ministros do Supremo já havia se posicionado contra a doação por empresas. Eles entenderam que esse tipo de contribuição nas campanhas é uma interveniência que desequilibra o processo eleitoral. Tal julgamento não havia sido levado a termo porque o ministro Gilmar

Mendes pediu vista do processo em abril de 2014. Naquele momento, o placar era de seis votos a um, pelo fim das doações provenientes de empresas para partidos políticos e candidatos. Finalmente, em setembro de 2015, Gilmar Mendes liberou o voto para a pauta do plenário do STF. Isso ocorreu um dia depois de a Câmara haver legalizado as referidas doações empresariais. Há a expectativa de que o julgamento possa ser retomado ainda neste mês de setembro.

### Incógnita das doações de campanha

Permanece, nestes dias, a dúvida sobre a sanção ou o veto presidencial à nova lei eleitoral vinda do Congresso. Também não se sabe se a decisão do STF virá antes do dia 02 de outubro de modo a impactar o próximo pleito. Em princípio, na votação em andamento já venceu a tese da inconstitucionalidade das doações empresariais. Contudo, além desse aspecto legal, os partidos ainda enfrentam a dúvida sobre as condições para obter o dinheiro necessário para financiar suas campanhas em 2016.

Pergunta-se se as empresas estarão, afinal, interessadas em fazer doações nesse clima com tantas indefinições. Além do aspecto jurídico, há ainda a crise econômica que – pelo menos tornou-se senso comum admitir – está trazendo restrições financeiras às empresas. Por fim, há que se considerar também a investigação pela Polícia Federal e pela Justiça sobre o esquema montado na Petrobrás. Parece haver um clima de insegurança que estaria deixando bastante arriscada a decisão (por parte das empresas) de dar dinheiro para partidos e candidatos. A prisão de empresários, enquadrados como “corruptores”, passou a ser possível após a lei 12.846/2013, conhecida como “lei anticorrupção”.

Atos entendidos como lesivos contra a administração pública – como subornos ou pagamentos de propina a funcionário público – tornaram-se passíveis de punição. Um dos desdobramentos da *Operação Lava Jato* foi evidenciar que a sustentação financeira de partidos e candidatos por empresas prestadoras de serviços ao setor público aparece frequentemente relacionada à corrupção.

Analistas têm dito que, neste momento, o eleitor estaria pouco disposto a confiar no discurso dos partidos e candidatos. A campanha de marketing necessária para reverter esse quadro exigiria enormes somas de dinheiro, a exemplo do que pôde ser visto em várias das últimas eleições, cujos custos vieram se elevando sempre mais. No entanto, desta vez, poderia não haver tanto dinheiro disponível. Isso representaria, então, um desafio a mais para partidos e candidatos, podendo representar uma restrição que obrigue os partidos a se unirem, formando coligações maiores de modo a otimizar recursos.

Nesse sentido, estar no controle da máquina pública (não obstante o momento de crise financeira por que passam o estado e os municípios) pode se converter em uma vantagem competitiva ainda mais preciosa. Mesmo sem fazer uso irregular do aparato do

estado e dos municípios, estar no cargo já implica uma visibilidade maior, com a qual os candidatos sem mandatos no Executivo não podem contar. Na capital, essa é uma situação que torna ainda mais importante o papel do prefeito Marcio Lacerda e do governador Fernando Pimentel como cabos eleitorais.

Uma tática que vem sendo empregada pelos possíveis candidatos é a de diminuir sua exposição. Em eleições anteriores, eles costumavam disputar a atenção do eleitor cerca de um ano antes do dia da eleição. Pode ser que, a partir de outubro, as movimentações fiquem mais intensas, a ponto de serem percebidas mais claramente pelo próprio eleitor.

Por enquanto, os pré-candidatos e seus partidos parecem temer que a exposição precipitada possa trazer mais desgastes do que ganhos eleitorais.

Além disso, como já dito acima, a reforma eleitoral feita pelo Congresso Nacional, se sancionada antes do início de outubro, pode limitar o tempo para a definição das candidaturas aos seis meses que antecedem a votação. Caso tal medida entre em vigor, apenas a partir de abril de 2016 a preparação eleitoral sairia dos bastidores e das disputas mais ou menos dissimuladas que vêm ocorrendo entre os partidos.

## A sucessão na Prefeitura de Belo Horizonte

Segundo levantamento feito por um jornal da capital, dos 33 partidos políticos existentes, dezessete estão planejando lançar candidatura própria. Outros doze ainda não descartaram essa possibilidade e apenas quatro legendas já afirmaram que não têm intenção de entrar na disputa. Esses números têm sido divulgados como se fossem, por si só, surpreendentes. No entanto, não parece haver nada de extraordinário nessa situação.

Como, de acordo com a legislação em vigor, um ano antes da eleição os potenciais candidatos já devem estar filiados ao partido político pelo qual pretendem entrar na disputa, negociações importantes devem estar concluídas até o início de outubro. Caso um pré-candidato se filie a um partido e, depois, nas disputas internas não consiga emplacar sua candidatura terá perdido a possibilidade de concorrer. Isso implica que os planos políticos devem ser claramente traçados agora. Esse fato explica a agitação que domina os partidos políticos neste período.

Existe a possibilidade de que, não obstante toda a efervescência dos últimos meses, os diferentes grupos de interesse acabem por convergir para os campos políticos mais con-

solidados no estado: PMDB, PSB, PSDB e PT. Há uma probabilidade de que PMDB e PT mantenham a aliança que há anos eles têm feito nos planos nacional e estadual. Mesmo eventualmente separados no primeiro turno, ambos constituiriam palanques para o governador Fernando Pimentel (PT). Do mesmo modo, PSB e PSDB tanto podem se unir já no primeiro turno, como podem disputá-lo separados. De qualquer modo, seriam uma zona de influência do prefeito Marcio Lacerda (PSB) e do senador Aécio Neves (PSDB). Confirmando-se tais tendências, haveria, ao menos no segundo turno, uma reedição da bipolaridade de petistas *versus* tucanos que vem se repetindo há décadas no estado e no país.

Há outra leitura possível. É praticamente um consenso entre os analistas a constatação de que há uma “crise política” em andamento no país, em razão do desgaste sofrido pelas legendas maiores e mais tradicionais no país. Estariam no vértice dessa crise as descobertas da *Operação Lava Jato*; as massivas manifestações ocorridas em 2013 mostrando o descontentamento e o descrédito da população frente às instituições políticas (em particular, com os partidos); o resultado das



eleições presidenciais de 2014 que, supostamente, dividiriam ao meio a opinião pública; as manifestações variadas e dispersas ao longo dos dois últimos anos; e finalmente o desentendimento entre o Executivo federal e o Congresso Nacional. Segundo esta última tese, o Governo Dilma estaria sendo incapaz de fazer uma negociação eficaz para formar uma base confiável para sua sustentação no Congresso.

Todos esses argumentos têm sido apresentados para justificar a afirmação de que estaria havendo uma “crise política”. Há quem postule a existência de um vácuo político na capital mineira, como desdobramento desse momento de instabilidade na política nacional. Para quem defende esse ponto de vista, o principal indicativo seria a inexistência de um pretendente forte, lembrado espontaneamente pelo eleitor como um “candidato natural” ao cargo de prefeito. Não haveria, segundo dizem, um nome favorito na disputa pela sucessão na prefeitura da capital.

O PT estaria maculado pelas denúncias de corrupção e pela crise econômica que assola o governo da presidente Dilma. O PMDB, ele mesmo parte do governo petista, encontraria-se perdido em meio às disputas de seus principais líderes. Estaria também bastante ocupado em distanciar-se do governo (do qual ele é parte) que está em descrédito frente à opinião pública. O PSDB e seus aliados estariam devendo à população a apresentação de um projeto político para o país. Apesar da tática, pela qual vêm mantendo o Governo Dilma em constante defensiva, até agora seus principais líderes foram incapazes de apresentar um projeto consistente para o país. Em razão disso, também este campo político estaria sofrendo algum desgaste diante da população.

Em sendo verdadeira essa análise, os pequenos partidos estariam diante de uma oportunidade para apresentar candidatos (supostamente) alheios aos esquemas dos

grandes partidos. Tentariam, dessa forma, disputar a atenção e o voto do eleitor, ao qual se atribui um desencantamento diante da política e das legendas mais conhecidas. Fragmentar-se e disputar cada qual a seu modo, ao invés do movimento mais comum nos últimos anos de participar do pleito estando à sombra de uma (ou mais de uma) das grandes legendas.

Deve-se considerar, entretanto, que – mesmo não sendo impossível – parece pouco provável que um partido pequeno consiga sozinho fazer frente ao poder econômico que tem marcado, de forma sempre mais incisiva, os resultados eleitorais no país. Conscientes dessa situação, é comum que os pequenos partidos busquem construir uma confluência de interesses e de forças ao longo do processo de definição das candidaturas que os beneficie.

A necessidade de se formarem alianças também se deve ao fato de que o vencedor na disputa pela prefeitura, vai ter de contar com o apoio de uma base que lhe dê sustentação no Legislativo. Teimar em uma candidatura avulsa representa também o risco do isolamento no jogo e a perda de espaço e de poder político.

Além disso, não se pode desconsiderar que, a mais de um ano de distância das eleições municipais, vários partidos lançam nomes apenas para testar sua recepção pública, sem o compromisso de concretizar depois a candidatura. É comum também que os partidos se coloquem na disputa apenas para atrair as grandes legendas para a negociação de apoio. Acabam por dar apoio, posteriormente, a um candidato mais forte, recebendo em troca a participação na distribuição de cargos no futuro governo ou outros tipos de favores.

Tudo isso considerado, vários analistas têm convergido ao afirmar que a eleição de 2016 pode não trazer novidades significativas, tendendo a repetir a coadunação de forças que vem se repetindo nas várias eleições

ao longo das últimas décadas. A pulverização seria apenas inicial.

Inversamente, numa outra leitura dos fatos aqui discutidos, alguns afirmam ser possível entrever espaço para uma intensa renovação no controle das prefeituras, agora que o PSDB não está mais no controle do estado.

## A disputa em Belo Horizonte

A leitura proposta nesta edição do *Contextus* se concentra em tentar compreender os movimentos que vêm ocorrendo em quatro campos de forças políticas que estão atuando com vistas às eleições de 2016, na capital mineira.

O primeiro deles é composto pelos partidos que gravitam em torno do governo de Marcio Lacerda, capitaneados pelo PSB. Distingue-se, nesse grupo, o PSDB que, embora participe do atual governo municipal, possui autonomia política e eleitoral. Dotado da projeção necessária junto aos eleitores para disputar autonomamente as eleições, esse partido forma o segundo campo político. Coordenado pelas principais lideranças tucanas no estado, esse campo se constitui também por vários partidos menores que tradicionalmente têm se aliado aos tucanos.

O terceiro campo é formado pela zona de influência do Governo do Estado, e compreende o Partido dos Trabalhadores, além de seu maior aliado, o PMDB, e outros partidos que, no ano passado, compuseram a chapa vitoriosa.

O quarto campo a ser considerado é formado por diversos partidos menores que têm pleiteado candidatura própria. Formam-se

Desse ponto de vista, agora seria a vez do PT e do PMDB, não obstante a crise que esses partidos enfrentam no plano nacional. Se tem razão quem pondera dessa forma, talvez ocorra uma mudança no controle das forças municipais entre os principais partidos ou campos políticos.

dois subgrupos com peculiaridades a serem consideradas. Alguns desses partidos postularam candidatura apenas por razões pragmáticas visando ao melhor reposicionamento na disputa e nas relações de poder com outros partidos. Outros, legitimados por sua ligação a movimentos populares e sociais, fazem da disputa eleitoral uma oportunidade para a demarcação de projetos políticos diferenciados, ainda que se mantenham minoritários do ponto de vista da votação que, nas últimas décadas, eles vêm alcançando.

Nesta edição, serão tomados para análise apenas os três primeiros campos de força. O último apresenta-se ainda excessivamente disperso para que caiba em uma tentativa de síntese como a pretendida neste espaço.

Mesmo reconhecendo a diversidade de interesses em disputa aberta a pouco mais de um ano das eleições, a maior parte dos analistas tende a afirmar – como já discutido acima – que, havendo um segundo turno, é provável que toda essa gama de partidos convirja para dois grandes blocos, polarizando, de um lado, o PSDB de Aécio Neves e o PSB de Marcio Lacerda, e, de outro, o PT de Fernando Pimentel e o PMDB, capitaneado por Antônio Andrade.

## O campo político em torno de Marcio Lacerda

No último dia de agosto, ocorreu, em Belo Horizonte, um encontro de lideranças do PSDB para tratar das eleições de 2016. Nessa

reunião, reafirmou-se a decisão de lançar um candidato tucano à prefeitura da capital. A presença do prefeito Marcio Lacerda (PSB)

nessa reunião foi interpretada por diversos analistas como um sinal de que ambas as legendas podem convergir, talvez ainda no primeiro turno.

Essa opinião contraria afirmações do próprio Lacerda, segundo as quais o PSB terá um candidato próprio na disputa pela prefeitura da capital. No entanto, não se pode descartar que tal aliança venha a ser feita. O fundamento de tal hipótese seria uma negociação que se supõe existir, pela qual seria garantida a Marcio Lacerda a possibilidade de disputar uma vaga no senado ou o governo do estado em 2018 com o apoio de Aécio Neves.

Nesse caso, Lacerda trocaria o controle sobre sua sucessão por um destino político – supostamente mais seguro – ao lado de seu principal aliado e padrinho político. Vale lembrar que foi o apoio de Aécio Neves (PSDB) e do governador Fernando Pimentel (PT) que transformou Marcio Lacerda em uma importante liderança política na capital, com alguma projeção no restante do estado. Já tendo rompido com o PT há alguns anos, não parece provável que o atual prefeito queira opor-se agora também ao PSDB, abrindo mão de um apoio do qual muito necessita.

No entanto, existem análises que consideram uma aliança entre PSB e PSDB na capital mineira um pouco mais difícil de viabilizar, principalmente se se supuser que viria de Lacerda a indicação do candidato a prefeito e, de Aécio, o candidato a vice-prefeito. Há quem considere que, para tal negociação vingar, seria preciso um acordo nacional amarrando o apoio do PSB à campanha de Aécio pela presidência em 2018. Isso implicaria acomodar interesses antagônicos dentro do próprio PSB que poderiam ter maior preferência por uma aliança com o Partido dos Trabalhadores.

Paralelamente a essas hipóteses, tem sido anunciado, entre as várias notícias veiculadas na mídia, que Marcio Lacerda já estaria em plena campanha no interior de Minas, tendo

em vista a disputa eleitoral de 2018. Visitas a várias cidades que são sedes em polos regionais no estado; atração de lideranças expressivas para se filiarem ao PSB; articulação de campanhas alinhadas com seu projeto político em cerca de trinta cidades onde o PSB pretende disputar prefeitura. Todas essas são ações próprias do cargo de presidente estadual de seu partido. No entanto, elas têm sido interpretadas como gestos significativos de um candidato já em campanha.

Contudo, há avaliações que apontam para um caminho precisamente oposto, supondo que Marcio Lacerda já teria conseguido construir um patrimônio político sobre o qual poderia basear sua própria plataforma eleitoral. Segundo esse raciocínio, ele poderia se respaldar em suas realizações à frente da prefeitura desde 2008. Atenta à consolidação desse capital político, uma campanha publicitária começou a ser divulgada na mídia no mês de agosto, ressaltando, entre outras, as obras de expansão viária feitas na capital nos últimos anos e o início da construção da nova rodoviária.

Outro ponto de apoio confiável seria a base de apoio que Lacerda teria na própria Câmara Municipal. Embora este último seja um aspecto discutível, quem segue esse raciocínio entende que seria possível para o prefeito atrair outros partidos interessados em apoiá-lo e lançar uma candidatura autônoma, sem aliar-se com os tucanos.

Repetindo-se o ocorrido em 2014, Marcio Lacerda deverá estender esse dilema até o último prazo permitido pela lei. No ano passado, ele transformou essa questão num drama que alimentou a curiosidade da imprensa, ganhando com isso maior tempo de exposição midiática. Acabou decidindo apoiar os tucanos, à revelia de seu próprio partido que optara por uma candidatura própria. Arriscava, então, receber uma punição por sua infidelidade às decisões partidárias, mas – assim parece – confiou no fato de que ao PSB não poderia interessar a perda de um

quadro tão importante como o prefeito da capital mineira.

Encaminhando-se para produzir de novo o mesmo efeito, Lacerda tem dito que é cedo para discutir o processo eleitoral. Interessaria, segundo ele, manter a prefeitura funcionando. Ele promete que a decisão virá apenas depois do carnaval do ano que vem.

Muito se tem afirmado, no entanto, que, enquanto isso, Marcio Lacerda vem fazendo movimentos para filiar no PSB o atual secretário municipal de obras e infraestrutura, Josué Valadão (PP), considerando a eventualidade de o PSB lançar candidatura própria. Outros dizem que Valadão poderia filiar-se ao PSDB. Passando a ser candidato tucano, ambos os partidos partiriam juntos já no primeiro turno. Evidentemente, para que essas notícias vagas se concretizem, falta ainda a concordância explícita dos envolvidos.

Não há, porém, indicativos de que tal acordo esteja sendo feito. Em setembro, uma série de propagandas do PSB mineiro passaram a ser veiculadas, mas elas têm como protagonista apenas Marcio Lacerda, prefeito da capital e presidente estadual da legenda. Se Valadão será candidato, parece estar perdendo uma oportunidade para conquistar visibilidade. Essa situação dúbia tem levado a especulações na imprensa que suspeitam que a indicação de Valadão como candidato favorito era apenas uma manobra de Marcio Lacerda que pretendia, com isso, conter a precipitação de pretendentes demandando seu apoio. Não parece despropositada essa hipótese se se considera que, dos 30 potenciais candidatos à sucessão na Prefeitura de Belo Horizonte, 17 são do campo político de Lacerda. Conta como evidência para essa tese o fato de, até o momento, Valadão não estar filiado ao PSB.

A despeito da questão do nome a ser definido como candidato, mesmo que PSB e PSDB disputem separadamente, é de se esperar que ambos os partidos se unam na eventualidade de um segundo turno. Se hou-

ver uma separação agora – depois de um período de alinhamento que começou em 2008 –, é provável que seja um processo amigável de modo a permitir a recomposição estratégica assim que isso se mostrar eleitoralmente produtivo.

Deve-se considerar, contudo, que a área sob a influência política de Marcio Lacerda gerou outros candidatos potenciais. Um deles é o vice-prefeito Délio Malheiros (PV). Tendo sido um dos primeiros a oficializar sua candidatura, o PV já se encontra em busca de parcerias. Seu campo de alianças se estende em direção aos mesmos partidos que hoje dão apoio a Marcio Lacerda na Prefeitura. Exemplo disso é o PPS que, de acordo com informações disponíveis na mídia, já foi procurado para integrar uma aliança. Reconhecer o campo em que se situa a candidatura do PV ajuda a compreender o rumo provável a que esse partido tenderia em caso de uma eventual disputa de segundo turno.

Em entrevista concedida a um programa da TV Assembleia, Délio Malheiros declarou que já abriu mão de sua candidatura em 2012, a pedido de Aécio Neves, como tentativa de concentrar votos em Marcio Lacerda e derrotar o candidato petista. Agora, porém, ele estaria esperando a retribuição de Lacerda e de Aécio. Nessa mesma ocasião, ele afirmou que pretende alcançar o apoio de Alberto Pinto Coelho (PP) e que deve tentar estender sua aliança ao PSB, PPS, PSDB e DEM.

Segundo o pré-candidato, outros partidos – com exceção do PT – poderiam ser incluídos nessa lista também. Frente ao governo da petista Dilma Rousseff, o PV tem sido oposição; frente ao governo de Fernando Pimentel, identifica-se como “independente”.

Ainda de acordo com declarações do próprio Malheiros, a única hipótese de ele não ser candidato seria o caso de o PSDB lançar o senador Anastasia como candidato. Confrontado com a preferência que Marcio Lacerda teria pela candidatura de Josué Valadão, o

pré-candidato Délio Malheiros afirmou ainda esperar o apoio de Lacerda. Mas, se não conseguir conquistá-lo, considera legítimo que

## O palanque tucano

Há pelo menos um mês começou a ser noticiado que o PSDB planejava uma nova política na condução de suas alianças tendo em vista a disputa das eleições de 2016. Já se falava que o objetivo do partido seria ampliar sua participação nas câmaras municipais e aumentar o número de prefeituras conquistadas. Para isso, faria menos concessões a seus aliados e daria prioridade a seus próprios candidatos.

Ao que parece, essa decisão estaria baseada em uma análise da posição conjuntural do partido que estaria vendo a sua presença em Minas Gerais estar sendo, aos poucos, reduzida. O partido já chegou a ter 16 deputados estaduais (2006); diminuiu para 13 nas eleições seguintes (2010); e, no mandato atual, conta com apenas 9 parlamentares. Com a representação nas câmaras municipais, algo semelhante teria acontecido. Identifica-se uma diminuição de aproximadamente 18% no número de vereadores do partido ao longo da última década.

A mesma tendência se verificaria, segundo informações relatadas na mídia, no número de cidades governadas por tucanos. É um fato que, em 2010, eles conquistaram 142 municípios em Minas Gerais, sendo o partido que mais conquistou prefeituras aqui, naquelas eleições. No entanto, comparado aos números de dez anos antes, houve uma redução acentuada, pois, em 2000, o partido possuía 232 prefeitos no estado.

Todos esses números integram a explicação para a derrota sofrida pelo partido entre os mineiros no ano passado, na disputa pelo governo estadual e pela presidência da República. São argumentos utilizados por im-

ambos os candidatos disputem o voto do eleitor.

portantes lideranças partidárias em declarações feitas à imprensa.

É nesse contexto de retomada que aparece a decisão de ter candidatura própria em Belo Horizonte. Desde o ano 2000, o partido não concorre diretamente em eleições na capital. Tendo o governo do estado, limitou-se a apoiar candidatos de partidos aliados, como é o caso do PSB, pelo qual Marcio Lacerda concorreu ao cargo de prefeito e, no poder há dois mandatos, conta com o apoio tucano.

Agora, dentro do PSDB, o projeto de governar Belo Horizonte é entendido como algo natural, dados os resultados que esse partido conseguiu na cidade nas eleições de 2014. Aécio Neves obteve uma ampla maioria entre os eleitores da capital (64,27%) no segundo turno da eleição presidencial. Na eleição para governador, o candidato Pimenta da Veiga (PSDB) ficou a pouco menos de 2%, aproximando-se do vencedor Fernando Pimentel (PT). Tal diferença se torna significativa quando se considera o estado inteiro, onde a vantagem do petista se alarga para mais de 11%. A vitória de Aécio e um virtual empate conquistado por Pimenta da Veiga vêm sendo interpretada pelo PSDB como um cenário favorável nas eleições de 2016 na capital.

Publicamente, lideranças tucanas têm afirmado que lançarão candidatura própria com a proposta de dar continuidade às ações do atual governo. Confirmando-se essa intenção, portanto, a campanha do PSDB não caminha para um discurso de oposição, mas sim de defesa do atual governo municipal.

A julgar pelo que tem sido noticiado na imprensa, a conquista da prefeitura na capi-

tal se insere numa estratégia mais ampla, por meio da qual o PSDB pretende aumentar para duzentos os municípios comandadas por tucanos em todo o estado de Minas Gerais. O partido teria a intenção de definir as candidaturas até o final de 2015, com o intuito de construir as alianças necessárias para enfrentar a disputa.

É preciso considerar também que a eleição em Belo Horizonte se reveste de um valor simbólico que impacta o projeto (pessoal e partidário) que Aécio Neves sustenta de disputar a presidência da República em 2018. Para ele, seria taticamente importante vencer em Belo Horizonte, compensando a derrota que o desfavoreceu, mesmo internamente, no PSDB, como nome para a corrida presidencial. Para que se alcance esse efeito, seria mais produtivo que o cargo de prefeito fosse postulado por um nome do próprio PSDB.

Quanto aos possíveis candidatos tucanos, há uma série de suposições que vêm sendo feitas na imprensa mineira. Fala-se, por exemplo, que o deputado estadual e secretário do PSDB mineiro, João Vítor Xavier, seria um postulante ao cargo. No entanto, este não seria o único nome na disputa. Também são mencionados o deputado federal Rodrigo de Castro e o deputado estadual João Leite.

Tem sido cogitada também a candidatura de Pimenta da Veiga. Depois de um período de silêncio após a derrota nas eleições para governador, ele reapareceu em uma reunião partidária do final de agosto. Foi o suficiente para suscitar especulações de que Pimenta da Veiga seria um potencial pré-candidato e que contaria com o apoio de Aécio Neves. Como já dito, Pimenta da Veiga andou perto de, na capital, empatar com Fernando Pimentel na eleição passada para governador. Gozaria, portanto, do benefício de ainda ser lembrado pelo eleitor. O próprio silêncio de Pimenta da Veiga após o pleito de 2014 tem sido interpretado por algumas vozes como uma medida tática de autopreservação. Co-

locar-se imediatamente como candidato, implicaria tornar-se alvo das demais forças interessadas na disputa.

Em meio a tantas negociações em andamento, não se pode afirmar com certeza quem será o candidato do PSDB. É possível dar como certo, porém, que, para Aécio Neves, a eleição de 2016 se reveste de um caráter estratégico, pois seu resultado será fundamental na definição dos rumos políticos do senador mineiro. A vitória em Belo Horizonte o deixaria em melhores condições na disputa que ele terá de travar internamente em seu partido para garantir-se como candidato à presidência da República em 2018, contra seus correligionários paulistas, o senador José Serra e o governador de São Paulo, Geraldo Alkmin.

Ao mesmo tempo, circulam rumores de que Aécio se disporia a apoiar o pré-candidato proposto por Marcio Lacerda. Como discutido acima, nesse caso, Josué Valadão ou algum outro preposto de Lacerda seria o candidato a prefeito pelo PSB e o candidato a vice-prefeito seria indicado pelo PSDB. Há, no entanto, vários outros partidos que, nos últimos anos, têm orbitado em torno do campo de alianças tucano e que agora têm falado em lançar candidatura própria. Um deles é o Partido Progressista (PP) que vem apresentando dois nomes para a disputa: o ex-governador Alberto Pinto Coelho e o ex-presidente da Assembleia Legislativa Dinis Pinheiro (PP). Parece haver uma preferência interna pelo primeiro, pois, ainda em maio, a direção nacional do partido já havia lançado o ex-governador Alberto Pinto Coelho como pré-candidato a prefeito de Belo Horizonte.

Quanto a Dinis Pinheiro, como discutido na edição anterior de *Contextus*, há notícias de que ele estaria em movimento de saída do PP. Ainda no ano passado, quando migrou do PSDB para o PP apenas para facilitar a formação de chapa na disputa pelo governo do estado, Pinheiro passou a ter um espaço político bastante limitado. Tendo disputado o

cargo de vice-governador, ao lado de Pimenta da Veiga (PSDB), está atualmente sem cargo eletivo e com restritas possibilidades de se dedicar à conquista de outros cargos. Candidatar-se a prefeito de Belo Horizonte ofereceria a ele uma nova posição de destaque político, desde que consiga construir legitimidade junto ao campo de influências do senador Aécio Neves e seu partido.

Outros partidos que compõem o arco de alianças tucano têm apresentado como candidatos os deputados estaduais Gustavo Corrêa (DEM), Sargento Rodrigues (PDT) e Luzia Ferreira (PPS).

Parece haver pouca disposição entre os tradicionais aliados dos tucanos para aceitar a indicação de um candidato com pouca viabilidade, a exemplo do que parece ter ocorrido com a indicação de Pimenta da Veiga para a disputa do cargo de governador em 2014.

### O campo de influência do PT e do PMDB

Para o Partido dos Trabalhadores, as eleições municipais se revestem de particular importância. Parece haver uma compreensão de que da disputa para a prefeitura de Belo Horizonte pode sair o potencial adversário que enfrentará o governador Fernando Pimentel. Em 2018, é provável que este último esteja em busca de se reeleger. Mesmo que a reforma eleitoral que aguarda sanção da presidente Dilma elimine a possibilidade de reeleição, a nova regra não se aplicaria a nenhum mandatário eleito em 2012 e 2014. Se vier a ocorrer tal mudança, Pimentel seria o último governador mineiro com direito a disputar um segundo mandato.

Importante desafio para o PT é retornar à Prefeitura. A última vez em que esteve no comando do Executivo na capital foi em 2008, quando Pimentel encerrou seu mandato de prefeito. Desde então, por meio de sucessivas negociações que produziram resultados bastante discutidos mesmo internamente no partido, o PT viu seu espaço ser

Na já citada reunião do PSDB, que ocorreu em 31 de agosto, com a presença de Aécio Neves, a liderança de vários partidos deixou de comparecer. DEM, PP, PPS, PR, PTB e PV não se fizeram representar. Não faltaram suposições na imprensa de que tal gesto indicaria a insatisfação com uma certa arrogância do PSDB que não estaria ouvindo seus parceiros em decisões importantes. Essa ausência foi interpretada também como sinal de uma insatisfação com as decisões que, em 2014, levaram tucanos e aliados à derrota.

Ano novo, governo novo no estado. A conjuntura mudou e parceiros fiéis estão agora na base aliada (ou próximos dela) do principal adversário dos tucanos. São fatos que podem recolocar em outras bases as negociações que serão feitas em vista das eleições de 2016 e de 2018.

reduzido, até perder a influência na gestão do município.

Pelo menos três partidos compõem o campo de alianças do Partido dos Trabalhadores: o PMDB, o PRB e o PCdoB. Segundo consta, este último estaria interessado em lançar o atual secretário de turismo, Mário Henrique Caixa, como candidato. No entanto, é do PMDB que vem a principal força potencialmente aliada para os petistas.

Há sinais importantes que apontam para a possibilidade de se ter um palanque duplo (ou até triplo) em que PT e PMDB disputariam o primeiro turno com chapas distintas. Coordenados, de um lado, pelo governador Fernando Pimentel e, de outro, e por Antonio Andrade, vice-governador e presidente do PMDB em Minas Gerais, esses dois partidos se alinhariam num segundo turno. A tática seria, então, deixar florescer os candidatos dentro dos partidos que compõem o arco de alianças. O governador subiria, então, no palanque de dois ou mais candidatos, ao in-

vés de apostar totalmente em um nome do PT ou do PMDB apenas.

Nada disso implica que já tenha havido uma desistência de qualquer desses partidos em relação ao lançamento de candidaturas próprias. Dentro do PT circulam vários nomes e, aliás, lançar um candidato do próprio partido vem sendo considerado como uma tática para forçar a realização de um segundo turno e para aumentar as chances de se ter um prefeito ligado a Fernando Pimentel na capital do estado. Apesar de haver negado publicamente, em uma entrevista dada a uma emissora de rádio de Belo Horizonte, a intenção de se candidatar, um dos nomes petistas mais importantes é o ministro do desenvolvimento agrário Patrus Ananias. Sua pasta poderá ser fundida com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na reforma ministerial que vem sendo discutida no Governo Dilma. Embora ele tenha a possibilidade de continuar à frente da nova pasta, essa já tem sido vista como a oportunidade para ele, voltando ao estado de Minas Gerais, já começar a trabalhar sua candidatura.

Outro nome petista que vem sendo considerado como favorito é o do secretário de ciência e tecnologia Miguel Corrêa. Há outros, porém, que são citados entre os possíveis candidatos, como o secretário de planejamento, Helvécio Magalhães. Este último, supostamente, contaria com o apoio do governador Fernando Pimentel e teria também a seu favor o fato de ser um nome novo e de ser um quadro técnico do atual governo do estado.

Do mesmo modo que vários nomes vêm sendo citados no campo petista, do lado do PMDB a disputa pela prefeitura de Belo Horizonte vem ganhando espaço. O vice-governador e presidente estadual do PMDB tem afirmado na imprensa que seu partido pretende lançar candidatura própria e que

existe a possibilidade de que não se faça coligação, priorizando uma chapa com candidatos apenas de seu partido. No entanto, na eventualidade de se manter a aliança com o PT que já vem subsistindo há vários anos, o PT comporia a chapa, oferecendo o candidato a vice-prefeito.

Não se sabe ao certo quem seria esse candidato do PMDB. Um dos nomes veiculados até agora é o do empresário Josué Alencar, filho do ex-vice-presidente José Alencar. Tendo sido o segundo candidato mais votado na disputa pelo senado em 2014, Josué alcançou 40,18% dos votos em Minas Gerais. Na capital, ele conquistou pouco menos de 30% dos votos válidos. Outros três potenciais candidatos são o deputado federal Leonardo Quintão, o secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Sávio Souza Cruz e o ex-presidente do Clube Atlético Mineiro Alexandre Kalil.

Notícias divulgadas nos jornais que circulam em Belo Horizonte chamaram a atenção para o fato de que o vice-governador e presidente estadual do PMDB Antônio Andrade teria convidado Alexandre Kalil (PSB), para ser candidato à Prefeitura de Belo Horizonte em 2016. Em outra reunião, Alexandre Kalil teria se encontrado também com o governador. Não se sabe ao certo se a sucessão municipal esteve em pauta, mas esse fato gerou intensas especulações.

Tal arranjo não descartaria a possibilidade de uma coligação entre PT e PMDB. Se Kalil for candidato a prefeito, especula-se que o deputado federal Gabriel Guimarães (PT) poderia ser o candidato a vice. Ao que parece, o PMDB não foi o único partido a fazer o convite a Kalil. Seja como for, em se confirmando tal negociação, Kalil teria que se transferir para o PMDB até o início de outubro.



## Principais candidaturas à Prefeitura de Belo Horizonte em 2016

PARTIDO PELO QUAL PODE DISPUTAR A ELEIÇÃO	CANDIDATOS
DEM	Gustavo Corrêa (DEM) – deputado estadual. Eduardo Bernis – Secretário municipal de desenvolvimento em Belo Horizonte.
PCdoB	Mário Henrique Caixa (PCdoB) – deputado estadual.
PDT	Mário Heringer (PDT) – deputado federal. Sargento Rodrigues (PDT) – deputado estadual.
PEN	Fred Costa (PEN) – deputado estadual.
PHS	Marcelo Aro (PHS) – deputado federal.
PMDB	Josué Alencar (PMDB) – candidato a senador em 2014. Sávio Sousa Cruz – Secretário de estado de meio ambiente.
PP	Alberto Pinto Coelho (PP) – Ex-governador de Minas Gerais. Dinis Pinheiro (PP) – Candidato a vice-governador em 2014.
PR	Marcelo Álvaro Antônio (PRTB) - Deputado federal.
PRB	Carlos Viana – Apresentador de telejornal na TV Record.
PSB	Josué Valadão (PP) – Secretário municipal de obras e infraestrutura em Belo Horizonte.
PSD	Diego Andrade (PSD) – Deputado federal.
PSDB	João Vitor Xavier (PSDB) – Deputado estadual. Pimenta da Veiga (PSDB) – Candidato a governador de Minas Gerais em 2014.
PSOL	Maria da Consolação (PSOL) - Candidata a deputada federal em 2014.
PT	Helvécio Magalhães (PT) – Secretário de estado de planejamento e gestão. Miguel Corrêa (PT) – Deputado federal. Patrus Ananias (PT) – Ministro do desenvolvimento agrário.
PTN	Wellington Magalhães (PTN) – Presidente da Câmara de Vereadores em Belo Horizonte.
PV	Délio Malheiros – Vice-prefeito e secretário de meio ambiente em Belo Horizonte.
Solidariedade	Eros Biondini (PTB) – Deputado federal.

Fonte: Quadro elaborado a partir de informações disponíveis na imprensa de Belo Horizonte.

## Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

### Redator

Claudemir Francisco Alves